

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Aprovação em peso dá vitória ao Planalto 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Harmonia, mas com recados ao governo 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O recado de Pacheco e Lira 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A importância de uma reforma tributária justa para todos (Artigo) 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo adia votação de projeto que estende desoneração da folha 10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Placebo fiscal (Editorial) 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reunião com empresários sela a volta do diálogo entre Pacheco e Arthur Lira 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor financeiro pede que reforma poupe o crédito 14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota única é a melhor saída (Artigo) 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reindustrialização do país volta ao debate 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

NE quer fundo regional com R\$ 80 bi na reforma 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marco fiscal provocará perda de R\$ 87 bilhões ao DF em 10 anos 21

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sociedade civil lança Pacto Contra a Fome com presença de políticos (Folha Social+) 23

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Placar expressivo do marco fiscal na Câmara dá confiança ao governo para avançar reforma tributária, diz Haddad 25

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com a reforma tributária, governo debate como manter benefícios da Zona Franca de Manaus; entenda 26

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovação do novo marco fiscal é vitória de Haddad, mas há uma luz vermelha para o governo 28

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira comemora votação do arcabouço e garante reforma tributária no primeiro semestre 29

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar abre em queda de 0,60% após Câmara aprovar o texto-base do arcabouço 30

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor financeiro não quer privilégios na reforma tributária, diz entidade 31

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira: Placar de 372 no arcabouço não significa tamanho da base do governo 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Fundo Constitucional sofre grave perda 34

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Falta uma semana para fim do prazo do Imposto de Renda; saiba como declarar (Imposto de Renda) 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta ao 1º lote do IR, com valor recorde de restituição 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Acordo para arcabouço condiciona despesa extra a maior arrecadação 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lei do Bem, o pós arcabouço e o passado à porta - LU AIKO OTTA 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Aprovado texto-base da regra fiscal 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Rombo maior afasta Haddad dos números que prometeu 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Bancos testam inteligência artificial para antecipar as decisões dos BCs 45

Aprovação em peso dá vitória ao Planalto

»»**TAÍSA MEDEIROS**

O arcabouço fiscal foi aprovado, no Plenário da Câmara dos Deputados, ontem, por uma larga margem de votos - 372 a 108 e uma abstenção. Com o acordo estabelecido após o relator da matéria, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), passar a tarde reunido com os líderes partidários e com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), além da aprovação do texto-base, os deputados também rejeitaram as emendas, seguindo o voto do relator. A votação seguiu com a apreciação dos destaques, o primeiro deles apresentado pelo PSol.

Os esforços de Cajado tinham o intuito de aparar as arestas e estabelecer um acordo para que o projeto fosse aprovado. O partido Novo chegou a apresentar um pedido de retirada de pauta, que foi rejeitado por 342 a 105, com duas abstenções. Ao final da leitura do parecer, Cajado ressaltou que o substitutivo apresentado melhorou o texto original e não causará prejuízos a ninguém.

"Esse substitutivo apresentado melhorou, e muito, o texto original. As excepcionalidades, que foram frutos de muitas discussões, não causarão prejuízo e colaborará para que haja o crescimento da receita", afirmou Cajado.

O relator reconheceu, em seu relatório, que o crescimento da dívida pública foi parcialmente freado em função do teto de gastos, estabelecido em 2016. "Sabemos que o crescimento das despesas obrigatórias tem provocado a compressão das despesas discricionárias, compostas por custeio e investimento. Por esta razão, a regra do teto de gastos com o crescimento das despesas primárias apenas pela **inflação** começou a dar sinais de esgotamento", explicou.

A oposição seguiu na linha das críticas de que a proposta é um cheque em branco e que daria aval para o governo gastar como quiser. "Vejam o que está sendo estabelecido neste projeto: ainda que o governo não consiga atingir a meta de superavit primário, poderá gastar 0,6% de aumento real da despesa. Estamos saindo de um teto de gastos para um piso de gastos", alfinetou o líder da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ).

Discordâncias

Alguns itens debatidos no projeto foram muito

negociados.

O grande problema enfrentado pelo relator foi relativo a um dispositivo que fixou uma alta real de 2,5% nas despesas, em 2024.

O percentual seria o limite para o aumento de despesas acima da **inflação** previsto no novo arcabouço.

Após estimativas mostrarem que os gastos poderiam aumentar em R\$ 80 bilhões no próximo ano, Cajado alterou esses pontos - segundo ele, passou a ser "um mix" entre o texto original e as sugestões apresentadas.

"Vai poder utilizar do que crescer, entre o ano de 2023 e 2024, até 70% no limite de 2,5%.

Ficou um meio termo para desfazer aquele mal-entendido de que o relatório estava colocando R\$ 80 bilhões", explicou o relator mais cedo.

Conforme o texto, 70% do excedente, em uma estimativa para 2024, ficaria em 1,12%, o que consiste em uma regra transitória.

De 2025 em diante, a alta real fica em 2,5%, mas caso o desempenho da economia melhore, o governo também poderá gastar mais do que o previsto.

Outro ponto polêmico era a inclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) nas regras do novo marco fiscal. A Frente Parlamentar da Educação atuou para que a regra não incluísse os repasses, por receio de que o movimento diminuísse os limites de investimentos na educação.

Após as negociações, Cajado optou por manter o Fundeb no limite de gastos.

Saiba mais

Ruído com o mercado financeiro

No parecer inicial, o relator, Cláudio Cajado (PP-BA), havia incluído uma permissão para o governo ampliar, em 2024, as despesas primárias no limite máximo da regra: 2,5% acima da **inflação**. O trecho provocou ruído entre agentes do mercado financeiro e foi modificado.

Agora, no momento da elaboração do PLOA, em 2023, será calculado o limite de despesas com base nos 70% da receita acumulada em 12 meses, até junho (de julho de 2022 a junho de 2023).

Em janeiro de 2024, quando houver apuração da receita, o governo vai avaliar a receita de janeiro a dezembro de 2023 e vai ser aplicada a regra de 70%, limitado a 2,5%.

A diferença nas apurações da receita vai ser incorporada no limite da despesa de 2024, por crédito adicional.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/24/all.pdf>

Harmonia, mas com recados ao governo

»» **VICTOR CORREIA**

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizaram harmonia entre o Legislativo e o governo - pelo menos em relação ao arcabouço fiscal e à **reforma tributária** -, mas mandaram recados ao Executivo. O foco de ambos foram as tentativas da gestão petista de mudar projetos aprovados pelo parlamento, como a autonomia do Banco Central, o Marco do Saneamento e a capitalização da Eletrobras.

As declarações ocorreram após uma reunião de Lira e Pacheco com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

"Há o reconhecimento de uma realidade reformista do Congresso Nacional. Há uma harmonia entre o Senado e a Câmara, neste momento, e entre o Legislativo e o Executivo", frisou Pacheco, em coletiva de imprensa depois do encontro, realizado na residência oficial da Presidência do Senado.

Segundo Pacheco, houve consenso entre todos os presentes sobre a necessidade de aprovação dos projetos de forma célere.

O senador também se comprometeu a pautar as matérias rapidamente, assim que forem aprovadas na Câmara.

Entre os temas debatidos, também estava a redução da taxa de juros que, segundo Pacheco, é prioridade para todos os participantes na reunião. Lira ecoou a fala e classificou o encontro de ontem como "simbólico".

"A Câmara e o Senado estarão juntos, trabalhando com o governo federal para que essas matérias possam ter sua aprovação o mais rapidamente possível", frisou o deputado.

Haddad, por sua vez, elogiou a articulação de Lira e Pacheco para a aprovação de matérias caras ao governo. Disse que, mesmo entre os empresários, houve consenso em torno da pauta econômica do governo.

"Fiquei muito impressionado com a conversa aqui. Não houve uma única voz dissonante a respeito da urgência dessas duas matérias", relatou o ministro. Ele avaliou, ainda, que, com o resultado do encontro, a

reforma tributária pode ser votada, ao menos na Câmara, ainda neste primeiro semestre.

Mensagens

Apesar da aparente harmonia, Pacheco defendeu a autonomia do Banco Central e reforçou o recado de que o governo não terá sucesso na tentativa de reverter medidas já aprovadas pelo Legislativo, caso do Marco do Saneamento.

O Executivo tentou, por decreto presidencial, alterar trechos do marco regulatório e acabou derrotado na Câmara. O senador citou, também, a capitalização da Eletrobras como um tema aprovado pelo Legislativo e que não deverá ser mudado.

De acordo com Pacheco, os parlamentares estão alinhados para atuar com "os novos projetos, que são conquistas que virão, e também com a manutenção de uma realidade recente do que o Congresso fez".

O presidente da Câmara, por sua vez, foi mais incisivo. "A revisitação de temas que o Congresso votou, há pouco, tem que acontecer - quando acontecer - no âmbito do Congresso Nacional", frisou Lira. Segundo ele, tentativas externas de mudar os projetos aprovados "não terão ecos nas duas Casas".

Outros participantes

Na reunião, estavam presentes, também, o secretário executivo da Fazenda e indicado a cargo de diretor do Banco Central, Gabriel Galípolo; e os relatores do arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PPBA); e da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Do setor produtivo, participaram empresários como os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/24/all.pdf>

O recado de Pacheco e Lira

Brasília - Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), declararam, ontem, que as duas Casas estão alinhadas com o governo na votação do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**. Pacheco disse que as novas regras fiscais devem ser aprovadas no Parlamento ainda neste primeiro semestre. O posicionamento dos dois parlamentares ocorreu durante entrevista coletiva com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, depois de reunião entre eles. "É muito importante ainda neste semestre conseguirmos entregar este marco fiscal em substituição ao teto de gastos públicos. E o nosso grande anseio, que é o anseio da **reforma tributária**, que de fato é o maior desafio que o Brasil tem, um novo sistema tributário de arrecadação", afirmou Pacheco.

Para ele, o arcabouço e a **reforma tributária** são as duas matérias mais importantes para o Parlamento e para o Brasil neste momento. Na mesma linha, Arthur Lira afirmou que a Câmara deve aprovar o projeto do novo regime fiscal nesta semana e a **reforma tributária** nos próximos meses. "A gente tem que gastar todas as nossas energias para o que nos une, para o que vai favorecer um ambiente de negócios mais amigável para o país. Lira e Pacheco também disseram que a discussão sobre a taxa de juros é outro tema em pauta. Pacheco afirmou que o país precisa de uma "redução gradativa da taxa Selic".

O ministro Haddad acrescentou que há consenso sobre a necessidade de aprovação das duas matérias "para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Brasil". "Nós vamos concluir este semestre quem sabe com a Câmara dos Deputados tendo se manifestado a respeito das duas matérias e o Senado pelo menos sobre o marco fiscal. Isso vai dar uma tranquilidade muito grande para os investidores, para a autoridade monetária, para os ministros do governo, de que terão condições de trabalhar em proveito do bem estar do país", avaliou Haddad.

PAUTAS JÁ APROVADAS

Apesar de declararem que estão alinhados com o governo para aprovação do arcabouço e da **reforma tributária**, Pacheco e Lira deixaram claro que a ideia do governo de rever pautas já aprovadas pelo Congresso nos últimos anos, como mudanças no marco do saneamento, a privatização da Eletrobras ou a autonomia do Banco Central, não terá respaldo no Parlamento. "Vamos focar nisso, a revisitação de temas que o Congresso votou há um tempo vai

acontecer no âmbito do Congresso, que se acalmem os ânimos dessas pautas. Elas não terão ecos nos plenários das duas Casas, o governo tem sido informado disso", disse Lira.

O presidente da Câmara afirmou ainda que tentativas externas de mudar os projetos aprovados "não terão ecos nas duas Casas". Já Pacheco afirmou que os parlamentares estão alinhados para atuar com "tanto os novos projetos, que são conquistas que virão, e também com a manutenção de uma realidade recente do que o Congresso fez".

Desde que assumiu o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou em rever a privatização da Eletrobras e já publicou decretos tentando mudar o marco do saneamento, mas foi derrotado na Câmara. Ele também critica a taxa de juros Selic determinada pelo Banco Central autônomo.

Também participaram da reunião o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator do novo arcabouço fiscal na Câmara, e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** naquela Casa. O líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (União-BA), também participou, além de representantes dos setores da indústria, agronegócio, construção civil e mineração.

A importância de uma reforma tributária justa para todos (Artigo)

Nadim Donato

Nadim Donato

Presidente do Sistema Fecomércio MG, Sesc, Senac e Sindicatos Empresariais

E estamos em uma semana muito importante para o cidadão. Nesses dias, muitos lojistas no país comercializam alguns produtos sem tributação, uma oportunidade de o consumidor ter conhecimento de quanto **impostos** ele acaba pagando nos produtos que consome e entender a importância de que o governo faça uma **reforma tributária** mais justa para todos.

Há muitos anos se reverbera a necessidade de o governo fazer uma **reforma tributária** abrangente e eficiente, com um sistema tributário mais justo, transparente e simplificado, processos de arrecadação sobre a produção, a comercialização de bens e a prestação de serviços, gerando arrecadação compartilhada pela União, estados e municípios. Só dessa forma o país será capaz de melhorar a distribuição de renda, ampliar a produtividade das empresas e se aproximar de países mais desenvolvidos. No entanto, para alcançar esse objetivo, é necessária uma grande mobilização de toda a sociedade. Precisamos resgatar o Brasil dessa desordem tributária e do caos em que as empresas vivem.

Nosso crescimento econômico é insignificante há décadas e marcado por desequilíbrios sociais, prejudicando várias gerações. O Brasil está diante de uma oportunidade única: a **reforma tributária** sobre o consumo, que pode ser a mudança mais importante de nossa história e o fim desse "manicômio jurídico-tributário", caracterizado pelos conflitos e guerras fiscais causados pela sobreposição de ISS, ICMS, PIS/ Cofins e IPI. Chegou a hora de dar lugar ao IVA, (imposto de valor agregado), que está sendo chamado aqui no Brasil como Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), inaugurando um novo federalismo cooperativo, com uma legislação nacional uniforme, compartilhada pelas três esferas de governo.

A mudança do modo de tributação se faz necessária porque é considerada uma das piores e mais injustas do mundo, sendo burocrática e prejudicial à nossa

competitividade. Ela eleva nossos custos, inibindo o consumo, dificulta os investimentos e prejudicando o crescimento das empresas e consequentemente, do país.

A Fecomércio MG tem sido incansável em suas propostas e trabalhos nessa área, trabalhando incansavelmente, junto a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), tem feito encontro com ministros, líderes de governos e outros representantes dos poderes legislativos para apresentar propostas e sugerir mudanças na construção de um sistema tributário que amplie o potencial de crescimento econômico a longo prazo, garantindo a sustentabilidade fiscal, fomentando a transparência, que possa reduzir as desigualdades sociais entre outras coisas. A Federação instaurou uma Comissão com especialistas para discutir e estudar assuntos tributários a fim de propor melhorias que colaborem para uma **reforma tributária** justa para todos.

Agora é o momento de promover as mudanças e simplificar nosso sistema tributário, estimular a economia, elevando nosso potencial de desenvolvimento em todos os setores e, ao mesmo tempo não onerar o bolso do consumidor. O momento exige união de todas as entidades dos segmentos para mudar e transformar o Brasil. Temos diante de nós uma grande oportunidade de construir um país moderno, competitivo e justo socialmente. Essa oportunidade pode fazer toda a diferença entre um futuro marcado pelo atraso ou um futuro repleto de prosperidade e qualidade de vida para nossa sociedade. Estamos diante da votação no Congresso Nacional da **Reforma Tributária**, podendo ocorrer ainda no primeiro semestre.

O imposto sobre bens e serviços (IBS) pode desonerar as exportações, incentivar os investimentos e proporcionar um ambiente de negócios mais favorável para as empresas. Além disso, será um imposto transparente para o cidadão, pois ele saberá exatamente qual é o custo dos bens e serviços que consome.

Portanto, é importante que todos os cidadãos, empresários, trabalhadores, políticos e entidades da sociedade civil se unam nesse momento histórico. Juntos, podemos construir um futuro melhor para

todos. Juntos, podemos transformar o Brasil em um país de oportunidades, de justiça social e de desenvolvimento sustentável. Precisamos fazer com que nossas ações sejam determinantes para o futuro que desejamos.

A hora é agora! O futuro do Brasil está em nossas mãos. Vamos agir e lutar por um país melhor, mais competitivo e mais justo para todos. Que o espírito de união, cooperação e determinação guie cada passo que damos rumo a um Brasil próspero e com uma tributação justa e eficiente.

Governo adia votação de projeto que estende desoneração da folha

Cézar Feitoza Brasília

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pediu vista de um projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até o fim de 2027 e adiou a votação da proposta na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado nesta terça-feira (23).

A decisão se deu após ministros do governo Lula (PT) apresentarem divergência na discussão sobre a prorrogação do benefício tributário. Ao pedir vista, Wagner deixou claro que era contrário ao adiamento.

"Ainda não houve unidade no governo nesse sentido [...] Eu, no papel de líder do governo, tenho uma função e não vou fugir dela para dizer que peço vista desse processo. Sei que não é só para retardar [a votação]. É uma tentativa de nós podermos chegar a algo mais próximo de um denominador comum", disse.

O adiamento da votação era um pedido do Ministério da Fazenda. A pasta defende que a desoneração seja discutida no âmbito da reforma tributária, com novo desenho.

Nas discussões travadas na Ministério da Fazenda, um modelo em estudo poderia desonerar pelo menos a parcela equivalente a um salário mínimo (R\$ 1.320) da remuneração dos trabalhadores de todos os setores da economia.

Em audiência na CAE do Senado, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, afirmou que um benefício focalizado em poucos setores não considera a situação macroeconômica do país.

"Uma proposta que debate um benefício tributário, um gasto tributário indireto focalizado apenas em determinados setores da economia não atende, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, a todo o potencial que uma política tributária de desoneração da folha pode atender", disse.

Para o procurador-geral-adjunto tributário, Moisés de Souza, a prorrogação da desoneração até 2027, como está na proposta aprovada no Senado, não "parece ser o mais adequado, considerando que haverá uma nova discussão [sobre o tema] na reforma tributária".

"O apelo que nós fazemos é que, se o projeto vá em frente, e há méritos nele, que haja uma revisão do prazo da prorrogação para permitir que haja uma revisão disso no contexto da reforma tributária." O autor da proposta, Efraim Filho (União Brasil-PB), criticou a posição do governo de adiar a discussão. Ele lembrou que, em 2021, a sanção da prorrogação da desoneração da folha se deu no último dia do ano, às 23h147.

Para ele, quanto antes houver segurança jurídica, mais os setores poderão se preparar para investir. "É abrir uma filial, contratar mais gente, tirar pais e mães da fila do desemprego", defendeu.

A proposta seria votada nesta terça em caráter terminativo na CAE do Senado e, se aprovada, seria levada à Câmara. Com o pedido de vista do governo, a votação deve ser realizada na próxima semana.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. Os setores desonerados deixam de pagar alíquota de 20% sobre os salários para a Previdência e outras contribuições e repassam de 1% a 4,5% da receita bruta como imposto.

A prorrogação mais recente do benefício tributário ocorreu em 2021, e o prazo se encerra no fim deste ano.

O relator da proposta, senador Angelo Coronel (PSD-BA), fez uma alteração no texto original. No parecer, ele estabelece que os municípios com população inferior a 142.633 habitantes terão uma redução na alíquota da contribuição previdência sobre a folha de 20% para 8%. Coronel diz que a medida não tem impacto nos cofres públicos e não precisa de contrapartida, porque "se trata de aperfeiçoamento do pacto federativo".

Os 17 setores beneficiados pela desoneração são: calçados, comunicação/jornalismo, call centers, serviço de tecnologia da informação, serviço de tecnologia de comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte

rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50286>

Placebo fiscal (Editorial)

O governo reconheceu que o déficit fiscal deste ano será maior que o inicialmente projetado. A nova estimativa para o saldo negativo entre receitas e despesas subiu a R\$ 136,2 bilhões, R\$ 28,6 bilhões maior que os R\$ 107,6 bilhões previstos em março, o que obrigou o governo a contingenciar um total de R\$ 1,7 bilhão em gastos do orçamento. O valor também está muito distante da meta de déficit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), escolhida pelo Ministério da Fazenda na apresentação da proposta do arcabouço fiscal.

A piora nos números não surpreende, pois é mero reflexo das escolhas feitas do governo nos primeiros meses deste ano e do Congresso no ano passado.

O salário mínimo já havia sido elevado em janeiro, mas o presidente Lula quis conceder um reajuste real a partir de 1.º de maio. Com aposentadorias, pensões, abono salarial e seguro-desemprego vinculados ao piso, era evidente que a projeção de gastos públicos também teria de ser elevada.

O governo também teve de aumentar o repasse a Estados e municípios para resolver o impasse do piso da enfermagem e as transferências para apoio do setor cultural no pós-pandemia, ambos aprovados pela Câmara e pelo Senado no ano passado sem que houvesse indicação das receitas que bancariam as propostas. Além disso, problemas climáticos no Sul do País prejudicaram os produtores rurais e elevaram os desembolsos com subvenções do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que o déficit pode cair quando as regras do novo arcabouço fiscal entrarem em vigor. Mas há dúvidas sobre se a proposta terá tanto impacto quanto o governo diz esperar.

Na tentativa de construir uma base de apoio sólida no Congresso, em vez de trabalhar para convencer os parlamentares a apoiar suas propostas, o governo tem apelado à liberação de recursos para emendas, o que amplia as despesas da União e, conseqüentemente, o déficit fiscal.

Para completar, o parecer do relator, Cláudio Cajado (PP-BA), diminuiu o espaço do governo para fazer contingenciamentos e limita os bloqueios a 25% dos gastos discricionários, justamente a rubrica em que as emendas se inserem. Cumprir a meta, portanto, exigirá necessariamente aumentar a arrecadação.

Ceron disse que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2.º Bimestre ainda não incorporou decisões judiciais favoráveis ao governo na área tributária, que podem agregar receitas de R\$ 50 bilhões ao orçamento deste ano, nem as alterações no voto de minerva do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que precisam do aval de um Congresso ainda reticente sobre o tema. Mas, passados os primeiros cinco meses do ano, tudo indica que o otimismo que o governo havia manifestado a respeito sobre a recuperação de até R\$ 150 bilhões em receitas neste ano não vai se concretizar.

Apesar de o governo ter elevado a projeção do crescimento da economia de 1,61% para 1,91%, o que tende a aumentar a arrecadação, o relatório, ao contrário, revelou uma piora na projeção de receitas. Isso, por óbvio, fragiliza a credibilidade das metas fiscais e do próprio arcabouço, mas também alimenta as dúvidas a respeito do discurso da Fazenda sobre a **reforma tributária**.

Com esses números, fica ainda mais difícil afirmar que a proposta não resultará em um aumento da carga e que se limitará a corrigir distorções legais e onerar setores que hoje pagam proporcionalmente menos **impostos** do que deveriam.

Com a estrutura de receitas atual e a rigidez das despesas públicas, a conta não fecha neste ano nem em 2024, o que dirá no médio e longo prazos. Em algum momento o País terá de encarar a realidade e rever o tamanho de suas despesas com reformas estruturais ou aceitar mais um inevitável aumento da carga tributária - quanto antes isso for definido, melhor. Com tantas incertezas, é hora de rever seus números e projeções com pragmatismo e transparência.

Do contrário, estabilizar a trajetória da dívida pública, o verdadeiro objetivo do projeto do arcabouço fiscal, continuará a ser uma meta intangível

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reunião com empresários sela a volta do diálogo entre Pacheco e Arthur Lira

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Reunião na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com 14 representantes do setor produtivo, ontem, selou a volta do diálogo da cúpula do Legislativo pela tramitação da agenda econômica.

Rompidos desde a divergência sobre como devem ser apreciadas as medidas provisórias (MPs), Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), juntos defenderam a aprovação do novo arcabouço fiscal, da **reforma tributária** e o não retrocesso em temas que são considerados pelo setor privado como marcos de avanço institucional, como a Lei do Saneamento e a privatização da Eletrobras.

Idealizada pelo deputado Elmar Nascimento (União-BA), a reunião teve a ajuda do diretor de Relações Institucionais do BTG, o ex-ministro Fábio Faria, a quem coube "convocar o **PIB**".

Entre os presentes estavam empresários identificados com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como Rubens Ometto (Cosan), Walfrido dos Mares Guia e Josué Gomes (Fiesp), e outros mais próximos do ex-presidente Jair Bolsonaro, como Flávio Rocha (Riachuelo) e Rubens Menin (MRV, CNN). O grupo se completou com André Esteves (BTG), Carlos Sanchez (EMS), Lucas Kallas (Cedro), João Camargo (Esfera), Ricardo Faria (Granja Faria), Benjamin Steinbruch (CSN), Isaac Sidney (Febraban) e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, hoje à frente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

Segundo os presentes, tanto Lira quanto Pacheco fizeram reiteradas falas enfatizando a participação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na articulação política dos temas econômicos, o que levou um dos presentes a descrever a iniciativa como uma "legitimação" do ministro como ponto central de diálogo com o governo, após os tropeços de Lula na formação de uma base de apoiadores no Legislativo.

Haddad e Gabriel Galípolo, seu indicado para a diretoria do Banco Central (BC), foram os únicos representantes do Executivo. Também participou da reunião o chefe do BC, Roberto Campos Neto, que tem sido alvo de críticas de Lula e de membros do governo pela alta taxa de juros.

Os relatores do arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), e da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também participaram da reunião.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor financeiro pede que reforma poupe o crédito

MATHEUS PIOVESANA

O setor financeiro diz não querer privilégios na **reforma tributária**, mas considera importante que a intermediação financeira, ou seja, a concessão de crédito, não seja tributada. O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Rodrigo Maia, afirma que a tributação destoaria dos modelos de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) mais recentes, e encareceria o crédito.

"É uma decisão política, se vamos tributar o spread bancário (diferença entre custo de captação e juros cobrados no crédito) ou se vamos tributar o restante dos produtos da indústria financeira e isso compensa a arrecadação", diz ele ao Estadão/Broadcast, na primeira entrevista após assumir a presidência da entidade, em fevereiro.

Ex-presidente da Câmara (2016-2021) e hoje atuando na iniciativa privada, Maia afirma ainda que o governo tem mostrado abertura ao diálogo em diferentes frentes. Isso inclui as discussões sobre o crédito rotativo, na mira do governo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alíquota única é a melhor saída (Artigo)

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, é sócio da Tendências Consultoria

A **reforma tributária** sob exame da Câmara (PECs 45 e 110) poderá, caso aprovada, promover simplificação radical.

Cinco **tributos** - IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS - serão substituídos por uma única incidência, calculada sobre o valor agregado (IVA), método adotado por 174 países.

As propostas em estudo se inspiraram nos melhores IVAs do mundo. O país poderá ser beneficiado por um sistema de tributação do consumo moderno, que não interfere nas decisões de produzir e consumir. Duas características básicas serão: regras uniformes em todo o território nacional e alíquota única. Ambas estão ausentes no atual sistema tributário, cheio de regimes especiais, multiplicidade de alíquotas e regras desiguais.

O sistema brasileiro tornou-se distorcido e caótico com a Constituição de 1988 e emendas posteriores. Metade da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI foi transferida em favor de estados, municípios e fundos regionais de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, os estados passaram a deter o poder de decidir sobre regimes, alíquotas e hipóteses de incidência do ICMS.

Para livrar-se da partilha excessiva daqueles dois **impostos**, a União recorreu a **tributos** que lhe pertencem integralmente, como PIS, Cofins e Cide, usualmente em cascata, que distorcem muito. No caso do ICMS, criou-se uma barafunda de 27 regimes distintos do imposto, que muda 70 vezes por semana em todo o território nacional. A tributação do consumo virou um manicômio e fonte de enorme contencioso.

A formulação dessas propostas aproveitou a experiência de IVAs mais recentes, como os da Nova Zelândia e da Austrália, que adotam a alíquota única. Os mais antigos, basicamente os europeus, têm entre uma e cinco alíquotas, abrangendo produtos consumidos pelos segmentos mais pobres ou por setores como agricultura, educação e saúde.

Essa multiplicidade de alíquotas gerou distorções. A menor alíquota para educação e saúde beneficia basicamente os 20% mais ricos. A redução em favor dos pobres aumentou a margem de lucro das

empresas. A União Europeia tentou adotar alíquota única, mas não conseguiu.

Foi derrotada pelos lobbies beneficiados pelo tratamento favorecido. Erros de formulação inicial são difíceis de corrigir.

Essa situação está ocorrendo no Brasil.

Por razões históricas, serviços privados como educação, saúde e lazer - consumidos essencialmente pelas classes abastadas - pagam ISS à alíquota de 5%. Os pobres, cuja renda é em grande parte usada para consumir itens básicos da alimentação, pagam ICMS de 18%. É um escândalo, mas buscase manter o privilégio.

A agricultura resiste ao projeto alegando que o setor sofrerá aumento de tributação.

Estudos mostram que ela se beneficiará da reforma, seja porque poderá aproveitar o crédito gerado nas etapas de produção e comercialização, seja porque haverá desoneração integral do imposto nas exportações e nos investimentos.

Sem qualquer base, alarmistas falam que o setor sofrerá aumento de 300% na tributação.

As pressões contrárias à reforma têm encontrado eco no Congresso. Há negociações para criar cinco alíquotas. Para o presidente da Câmara, a reforma não passará "se não houver tratamento individualizado para setores que produzem riqueza e geram empregos, como varejo, educação, saúde e agronegócio". Ocorre que a riqueza é gerada em todos os setores, e não apenas em alguns. Parlamentares citam exemplos da Europa para justificar alíquotas múltiplas, mas na verdade se baseiam nos piores casos.

Se essas pressões se impuserem, os inequívocos efeitos benéficos da reforma para geração de renda, emprego e bemestar serão muito reduzidos. É preciso, por isso, defender a alíquota única, que é a melhor saída.

Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, é sócio da Tendências Consultoria

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
Alíquota única é a melhor saída

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reindustrialização do país volta ao debate

Rafael Vazquez

Após o estrago que a pandemia de covid-19 causou nas cadeias globais de produção, a palavra reindustrialização voltou ao vocabulário nacional. O ex-ministro da Economia Paulo Guedes já falava da "oportunidade" que a crise das cadeias trouxe para o país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez campanha prometendo a "reindustrialização" e lança seu programa com esse objetivo nesta quinta-feira, 25, em São Paulo.

Diante do consenso de que não há condições atualmente para repetir o mesmo modelo do século passado, dentro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), os funcionários preferem usar o termo "neointustrialização". O que está no radar é uma série de iniciativas com o objetivo de, inicialmente, dar credibilidade macroeconômica e incentivar investimentos na indústria de transformação, que é essencialmente o setor que vem perdendo participação no **PIB** desde meados da década de 1980.

Economistas e empresários ouvidos pelo Valor apontam a necessidade de o Estado voltar a participar ativamente da construção de um parque industrial moderno e digitalizado, usando o BNDES como uma das ferramentas.

Segundo Pedro Wongtchowski, presidente do conselho de administração do grupo Ultra e líder do conselho de inovação e competitividade da Fiesp, a atual agenda do setor evita polêmicas do passado, pois o que está colocado à mesa não envolve, por exemplo, aumentos de tarifas para importações, característica marcante da antiga política de industrialização.

"O que estamos pedindo é a melhoria do ambiente de negócios. Isso implica uma **reforma tributária** bem feita, redução do contencioso jurídico, diminuição de custos logísticos.

Essas circunstâncias macroeconômicas que cercam a indústria são as mais importantes e elas beneficiam o país como um todo. Portanto, não vejo nenhuma razão para que uma agenda próreindustrialização não seja levada adiante", diz o Wongtchowski.

Economistas ligados ao mercado financeiro também acreditam que o país deve se movimentar para aproveitar o seu potencial no momento em que as

rupturas na cadeia global estimula redes de produção menos fragmentadas e mais regionalizadas.

"O Brasil tem muito a se beneficiar.

Os choques que nos empurram para uma reconfiguração das cadeias de valor incentivam países com grande potencial em recursos naturais a renovarem seus processos industriais, principalmente se não estiverem totalmente alinhados geopoliticamente a um lado [EUA e Europa] ou a outro [China e Rússia], diz o economista-chefe para América Latina do Citi, Ernesto Revilla.

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp, o importante é entender que uma nova industrialização exige ações diferentes das adotadas no passado. "Tem que ser um processo ligado às novas tecnologias, incluindo robotização, inteligência artificial. Indústria não é um conjunto de fábricas. É uma forma de produzir", diz.

Belluzzo destaca a transição energética como elemento central e sugere que a Petrobras inicie um movimento para deixar de ser petroleira para se tornar uma companhia de energia, a exemplo de multinacionais como a britânica BP, a francesa Total e a anglo-holandesa Shell.

Discussão nesse sentido ganhou força nos últimos dias, quando a empresa viu o Ibama negar licença ambiental para a perfuração de poços de petróleo próximos à foz do rio Amazonas. "Não se pode pensar em indústria sem ter um padrão energético eficiente", comenta Belluzzo.

Na visão do consultor em planejamento estratégico Thiago de Moraes Moreira, professor do Ibmec, caberá ao BNDES reassumir um papel ativo na reindustrialização oferecendo taxas de financiamento vantajosas para a formação de um parque industrial ligado à economia verde. "Nesse mundo de transição energética, o Brasil desponta com vantagens enormes pela abundância de recursos naturais.

Reservas de lítio, cobalto e níquel, minerais importantes para a produção de baterias, por exemplo.

E, com certeza, o hidrogênio verde, que tende a se tornar uma commodity de escala mundial nas próximas décadas." Ele teme que o país demore demais para acionar o processo, que inevitavelmente será lento e gradual pela complexidade e necessidade

de envolver diversas áreas. "O sucesso passará pela capacidade técnica de diferentes ministérios.

Mdic, Planejamento, Casa Civil. Já estamos atrasados em transformar tudo isso em uma política industrial bem definida, com metas e resultados desejados." Dentro das medidas que precisam ser executadas para a retomada da indústria no país, a simplificação dos **impostos** é citada como a mais importante. "Há vários fatores que, se não resolvermos, será difícil reverter a desindustrialização do Brasil. O primeiro é a **reforma tributária**", aponta o economista- chefe da Fiesp, Igor Rocha.

"Não dá para continuar sendo esse pandemônio tributário no qual a indústria de transformação é exageradamente onerada." A indústria de transformação representa 12,9% do **PIB**, segundo o IBGE, mas responde por 29,5% da arrecadação tributária - a maior carga entre todos os setores. "A reivindicação é por isonomia, equiparação, e não vantagens ou regimes especiais", esclarece Rocha.

O segundo fator é a taxa de juros, hoje em 13,75%. "Entendemos e apoiamos a missão de ter a **inflação** sob controle, mas o mesmo remédio que cura também mata, de acordo com a intensidade da dose", diz. "A taxa de juros, caso não esteja em patamares razoáveis, bloqueia o acesso à tecnologia de fronteira e deixa o setor obsoleto perante a concorrência global, o que impacta na produtividade." Iedi e a CNI também apostam na melhoria do ambiente de negócios para impulsionar competitividade e poder de atração de fábricas para o país em meio ao processo de reconfiguração das cadeias globais.

Destacam, nesse contexto, a importância de modernizar a infraestrutura e a logística em todas as regiões, corrigindo a concentração industrial de Sul e Sudeste.

"Nas últimas décadas, não investimos sequer para repor a depreciação da nossa infraestrutura existente. Por isso que, com alguma frequência, vemos pontes caindo, buracos abrindo em rodovias.

E, com os eventos climáticos extremos, a estrutura física estará ainda mais sob pressão", diz Rafael Cagnin, economista do Iedi, "Precisamos eliminar gargalos para escoar melhor a produção. Falo de infraestrutura de portos e ferrovias, principalmente." De acordo com diagnóstico da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a modernização da infraestrutura exige a construção de 35 mil quilômetros de malha ferroviária, além da revitalização de parte dos 28 mil quilômetros existentes - a mesma extensão que o Brasil tinha em 1922, sendo que cerca de 30% dos trilhos estão sem condição de uso.

"O Estado tem que fazer a manutenção dos ativos de infraestrutura.

Foi um investimento feito no passado e é riqueza do país. Se a logística permanece cara e ineficiente, causa riscos para as pessoas, prejudica o fluxo de mercadorias e atrapalha a competitividade das empresas", comenta a diretora de desenvolvimento industrial e economia da CNI, Lytha Spíndola.

A executiva lamenta que o debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico tenha sido criminalizado nos últimos anos e defende que o governo deve se responsabilizar em conduzir a reindustrialização com a devida transparência. "Não há tudo ou nada nesse debate. O Estado tem mecanismos de subsídios que, em alguns casos, são absolutamente necessários. Outros países já estão incentivando suas indústrias com objetivos inclusive de segurança nacional, alimentar e sanitária. Estamos atrasados", afirma.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Reindustrialização do país volta ao debate

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

NE quer fundo regional com R\$ 80 bi na reforma

Marta Watanabe

Os Estados do Nordeste querem garantir que a emenda constitucional da **reforma tributária** estabeleça a formação de um Fundo de Desenvolvimento Regional com definição das fontes de financiamento mínimo. A ideia é evitar que o tema fique para ser estabelecido na lei complementar. Também querem garantir que os recursos do fundo sejam destinados considerando o objetivo de reduzir desigualdades entre as regiões do país, e não com a prioridade de cobrir incentivos fiscais.

As fontes de financiamento propostas pelos Estados do Nordeste somam, de forma conservadora, pelo menos R\$ 80 bilhões anuais, calculados com base em dados de 2022. A informação é de Renata Santos, secretária de Fazenda de Alagoas e porta-voz das secretarias de Fazenda dos Estados do Nordeste para questões de **reforma tributária**. A proposta é que o fundo seja financiado por 5% do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - tributo que deverá ser criado a partir da reforma - arrecadado com base na junção do ICMS e do ISS e de 10% do IBS arrecadado com a aglutinação dos **tributos** federais, além de 50% da arrecadação do Imposto Seletivo (IS) que deve ser criado com a reforma, a ser cobrado sobre bens e serviços com externalidade negativa.

O fundo, diz Renata, está entre as principais premissas consideradas pelos governos nordestinos em relação à **reforma tributária**.

Há uma preocupação, diz ela, porque, como se espera que os benefícios no novo sistema serão limitados, alguns Estados do Sul e Sudeste teriam iniciado "movimentação para destinar parte do fundo para a cobertura de benefícios fiscais". Isso, aponta, pode distorcer os objetivos iniciais imaginados para o fundo, que é a busca pela eliminação de diferenças regionais, como questões relacionadas à qualificação de mão de obra e à infraestrutura. "Nesse sentido, Estados hoje em situação menos favorecida seriam os grandes beneficiários do fundo." O Nordeste, diz, defende que a repartição dos recursos do fundo se faça com foco nas desigualdades regionais. "Assim, a cobertura de benefício fiscal não deve ser prioridade, mas algo discricionário de cada ente de acordo com a parte que lhe cabe do fundo."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Marco fiscal provocará perda de R\$ 87 bilhões ao DF em 10 anos

Ana Maria Campos

O 8 de janeiro trouxe uma consequência grave aos cofres públicos do Distrito Federal. A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (24/5), com 372 votos favoráveis, 108 contrários e uma abstenção o arcabouço fiscal, projeto de lei complementar que estabelece limite de gastos da União, com um rombo potencial de R\$ 87 bilhões em 10 anos no orçamento da capital do país. Decorre da mudança na atualização do Fundo Constitucional do DF, verba destinada ao custeio e à manutenção da segurança pública e ao auxílio nas despesas de saúde e educação da cidade.

A união de políticos de Brasília não surtiu efeito para convencer o relator do projeto de lei complementar, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), a retirar do substitutivo apresentado o teto de variação do Fundo Constitucional. A lei que criou o repasse, em vigor desde dezembro de 2002, estabelecia uma correção vinculada à variação da receita corrente líquida da União no período de um ano (leia Saiba mais). Agora, a partir de 2025, ficará atrelada ao teto de despesas primárias, no limite de 2,5% por ano, acrescido do IPCA.

Desde a semana passada, parlamentares, presidentes de partidos, integrantes do Governo do Distrito Federal e outros políticos tentaram convencer Cajado a retirar do texto a mudança no Fundo Constitucional, sob o fundamento de que o DF pode quebrar sem a atualização dos repasses nos padrões dos últimos 20 anos.

Segundo estudo da Secretaria de Planejamento do DF, o Fundo Constitucional cresceu em média 10,71% por ano desde 2003. No ano passado, chegou a 41,96%. Apenas em 2016 houve redução, de 3,08%. Em comparação com o teto de aumento de 2,5%, estabelecido no arcabouço fiscal, apenas em quatro anos - 2010, 2016, 2021 e 2022 - a correção foi inferior.

O secretário de Planejamento do DF, Ney Ferraz, esteve com Cajado e participou de reuniões com líderes da Câmara, conduzidas pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ferraz tem boa relação com o PP, mas Cajado parecia irredutível, e Lira estava afinado com o relator, escolhido por ele.

Ninguém fala abertamente, mas todos avaliam que o desastre na segurança da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro contribuiu muito para contaminar a opinião dos deputados federais em relação ao DF.

A avaliação geral é de que a capital tem privilégios ao receber dos cofres públicos da União verbas no montante de R\$ 23 bilhões, sem considerar, no entanto, que o GDF tem as prerrogativas de manter em bom funcionamento uma cidade que abriga os Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário -, além das representações diplomáticas.

Os deputados Alberto Fraga (PL-DF) e Fred Linhares (Republicanos-DF) apresentaram uma emenda ao substituto de Cajado. A votação do destaque ficou para hoje. É a última esperança da bancada do DF. O relator incluiu um jabuti no projeto que vai prejudicar o Distrito Federal. Até acho que o deputado Cajado deveria trabalhar para levar a capital para a Bahia, porque ninguém vai querer ficar aqui, disse Fraga.

União

O empresário Paulo Octávio, presidente regional do PSD, reuniu, na segunda-feira, presidentes de 21 partidos com a posição unânime contrária ao teto de correção do Fundo Constitucional. As discussões tiveram continuidade, ontem, na residência oficial da Câmara dos Deputados. Mas nada demoveu o relator. É uma questão fundamental. O Fundo Constitucional foi uma conquista, e a perda ou redução pode inviabilizar o DF, disse Paulo Octávio.

A deputada federal Érika Kokay (PT) tentou convencer os líderes governistas sobre a questão. Ela sabe o impacto político negativo da redução do Fundo Constitucional, inclusive para uma base que vota no PT, **servidores públicos**, professores e servidores da saúde. O Fundo Constitucional existe porque Brasília é a capital da República, aqui a gente tem sedeadas as embaixadas e todos os Poderes da República. Por isso, não podemos permitir que tenhamos esse impacto que pode chegar a R\$ 12 bilhões num prazo muito rápido, argumentou Kokay.

O montante de R\$ 12 bilhões foi uma estimativa inicial da Secretaria de Planejamento, atualizado com base em parâmetros adotados pelo próprio relator do arcabouço fiscal. Importa destacar a projeção para os

próximos 10 anos, considerando-se a regra atual, ou seja, pela variação da receita corrente líquida - RCL da União comparada com o regramento proposto, assumindo o IPCA médio anual de 4,5% e crescimento real da despesa de 1,26% a.a , registra o levantamento da Secretaria de Planejamento. Nesse caso, o prejuízo será de R\$ 87,8 bilhões até 2033, segundo esse estudo.

Tempo dirá

Ao apresentar seu substitutivo ontem à noite para votação, Cajado explicou sua posição sobre o Fundo Constitucional: Não haverá prejuízo. Eu recebi a bancada do Distrito Federal, senadores, deputados e deputadas. Eu garanto que não haverá prejuízos , frisou. Segundo ele, haverá correção da **inflação** com ganho real. O tempo dirá que estou certo.

E o deputado do PP da Bahia respondeu indiretamente a um questionamento dos políticos do DF sobre quem teve a ideia de incluir a mudança no texto do arcabouço fiscal, uma vez que não constava do projeto original encaminhado ao Congresso pela equipe econômica do governo Lula, conduzida pelo ministro Fernando Haddad. Foi uma construção coletivizada , destacou.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) já trabalha para tentar derrubar na Casa a mudança do Fundo Constitucional. Mas sabe que a luta é difícil, porque, se isso acontecer, o arcabouço fiscal deverá retornar à Câmara.

Dessa forma, os senadores governistas vão trabalhar para encerrar a questão no Senado e encaminhar para sanção do presidente Lula, uma vez que o arcabouço fiscal é prioridade de Haddad. O projeto é importante para a discussão da **reforma tributária**.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5096736-marco-fiscal-provocara-perda-de-rs-87-bilhoes-ao-df-em-10-anos.html>

Sociedade civil lança Pacto Contra a Fome com presença de políticos (Folha Social+)

Ana Paula Branco

Ministros, políticos, empresários e lideranças da sociedade civil se reuniram nesta terça (23) para lançar o Pacto Contra a Fome. A meta da iniciativa é zerar o número de brasileiros passando fome no país até 2030, tendo como estratégia combater o desperdício de alimentos.

Atualmente, mais de 33 milhões de brasileiros não têm o que comer. Se considerados outros níveis de insegurança alimentar, o número chega a 125 milhões.

A economista Geyze Diniz, idealizadora da iniciativa, afirmou que o Pacto pretende melhorar iniciativas que já existem, apoiando políticas públicas de combate à pobreza, por meio de tecnologias sociais que integrem dados e pesquisas acadêmicas.

Ao convidar os empresários a participar do projeto, a esposa de Abílio Diniz lembrou do retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU (Organização das Nações Unidas) e da responsabilidade social em combater o desperdício.

Marcaram presença no evento, realizado no Teatro Santander, representantes do governo Lula (PT), como os ministros Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento); o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB).

O governador afirmou que todos os esforços políticos no combate à fome têm sido em vão. "Se não unirmos esforços, não vamos conseguir avançar", disse Tarcísio.

"Hoje, a gente tem 107 restaurantes Bom Prato. Até o final do ano serão 132, com mais de 5 milhões de refeições entregues, mas ainda assim a gente não consegue combater a fome. A gente não consegue extirpar esse mal", afirmou.

Wellington Dias fez um discurso em tom pessoal, ao afirmar ser um exemplo de que é possível vencer a fome. "Se eu pude vencer, se a minha família pôde vencer, muitos outros também poderão."

Para o ministro, o país precisa garantir a qualificação

de quem está na pobreza e na extrema pobreza e assegurar o aumento do salário mínimo acima da **inflação** para elevar a renda na base da pirâmide social.

"Em 2003, a fome tinha a ver com baixa escolaridade", disse. "É muito diferente agora. Tem 12 milhões com ensino médio e até superior que estão no CadÚnico e têm fome."

O ministro defendeu a aprovação do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** para combater a pobreza e criticou duramente a atual taxa de juros imposta pelo Banco Central. "Não dá para cuidar dos pobres com a taxa de juros desse tamanho", afirmou, sob aplausos da plateia.

Tebet, em sua fala, seguiu seu colega e disse ser "fundamental" a aprovação da reforma para diminuir a carga tributária do setor produtivo, possibilitando a geração de emprego e queda da fome no Brasil.

A ministra ressaltou que falta ao Brasil planejamento ao fazer políticas públicas. "Colocamos, no Ministério do Desenvolvimento Social, R\$ 170 bilhões para o Bolsa Família. Não é possível que, ainda assim, tenhamos pessoas na fila do cadastro único."

Tebet destacou também o perfil predominante entre os mais necessitados. "A cara mais pobre do Brasil é uma mulher negra", disse. "Só é cidadão quem mora, come e tem lazer no final de semana. Contem com o governo federal para que juntos possamos combater a maior vergonha do Brasil."

O movimento anunciou também o Prêmio Pacto Contra a Fome, em cooperação com a ONU e a FAO, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

O objetivo é dar visibilidade e reconhecer iniciativas que ajudem no combate à fome e ao desperdício de alimentos.

Serão seis prêmios no valor de R\$ 100 mil, cada. Neste ano, as inscrições estão abertas somente para o terceiro setor e devem ser feitas até 10 de julho. Os vencedores serão anunciados em outubro deste ano.

O evento contou ainda com a participação de

lideranças da sociedade civil que também são cofundadores do movimento, como Kiko Afonso, da Ação da Cidadania ; David Hertz, da Gastromotiva ; Luciana Quintão, do Banco de Alimentos ; Preto Zezé e Celso Athayde, da Cufa ; e Carola Matarazzo, do Movimento Bem Maior , entre outros.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2023/05/sociedade-civil-lanca-pacto-contra-a-fome-com-presenca-de-politicos.shtml>

Placar expressivo do marco fiscal na Câmara dá confiança ao governo para avançar reforma tributária, diz Haddad

Por *Alexandro Martello, g1 - Brasília*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou como expressivo nesta quarta-feira (24) o placar de 372 a 108 votos na Câmara para aprovar o texto-base do novo marco fiscal - que, se sancionado, vai substituir o teto de gastos no controle das contas públicas.

Segundo Haddad, o apoio no Congresso dá confiança para o governo avançar outra pauta considerada prioritária na área econômica: a **reforma tributária**, que se arrasta por décadas no parlamento.

Placar expressivo, a Câmara dos Deputados deu uma demonstração de que busca um entendimento para ajudar o Brasil a recuperar taxas de crescimento mais expressivas. Isso também nos dá confiança de que a **reforma tributária** é a próxima tarefa a cumprir, declarou Haddad.

Vamos trabalhar intensamente agora com o relator [da tributária], colocar toda a equipe de apoio da secretaria extraordinária do Bernard Appy à disposição do relator para que ele tenha todos os cenários traçados, com boa técnica, sabendo o que vai acontecer com cada setor, prosseguiu.

A Câmara aprovou o texto-base do novo arcabouço fiscal com 372 votos favoráveis - um placar suficiente, por exemplo, para aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC). O novo marco fiscal consta em um projeto de lei complementar, que requer um placar mais modesto.

Nesta quarta (24), os deputados devem analisar quatro destaques ao projeto - propostas de alteração que serão votadas em separado. Depois, o texto ainda vai tramitar no Senado.

Lista de projetos a aprovar

Haddad afirmou que o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**, se aprovados em definitivo, têm potencial para gerar um salto no crescimento econômico do país. Mas ressaltou que, ainda assim, o governo terá de aprovar muitos outros projetos para

organizar o Estado.

Estou muito confiante que essas duas reformas vão nos colocar em um outro patamar de crescimento potencial. Vamos sair de uma década de baixíssimo crescimento, 1% ao ano em média, uma década muito complicada. Vamos inaugurar um ciclo que pode ser muito promissor, disse.

Nós temos reforma do crédito, mercado de capitais, mercado de seguros. E a partir de agosto, quero dedicar muito tempo do Ministério da Fazenda para a transição ecológica. O que se notou ontem é que é possível, com um bom projeto, você angariar apoio expressivo dos parlamentares, prosseguiu.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/24/placar-expressivo-do-marco-fiscal-na-camara-da-confianca-ao-governo-para-avancar-reforma-tributaria-diz-haddad.ghtml>

Com a reforma tributária, governo debate como manter benefícios da Zona Franca de Manaus; entenda

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva negocia a forma como serão mantidos os benefícios à Zona Franca de Manaus - promessa de governo que também está contida nas propostas de **reforma tributária** em análise pelo Congresso Nacional.

Um dos principais pontos a ser discutidos é que a **reforma tributária** pretende extinguir o Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI).

Só que os itens produzidos na Zona Franca de Manaus já não pagam IPI. Com isso, eles poderiam perder a competitividade (entenda mais abaixo).

De acordo com o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, estão sendo feitas reuniões com empresários da região e representantes do governo do Amazonas.

Está andando bem, não está completa mas está sendo bem produtiva. Vai ser um modelo que dê conforto para as empresas da Zona Franca de Manaus. Quem vai definir isso vão ser os políticos [na negociação e votação da **reforma tributária**], disse o secretário ao g1.

Segundo ele, o objetivo é chegar a um modelo mais eficiente na geração de emprego e renda, com uma transição muito suave para as empresas que já estão instaladas na região em direção a um novo modelo. Appy não antecipou quais pontos estão sendo discutidos.

Já o secretário de Fazenda do Amazonas, Alex Del Giglio, informou nesta semana que ainda está aguardando uma proposta formal da equipe econômica. A proposta vai partir do governo federal, e vamos avaliar se aquilo é suficiente para manter a vantagem competitiva, declarou.

Criada em 1967 e com validade assegurada até 2073, Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia. Só para este

ano, a renúncia de **impostos** federais para a Zona Franca e áreas de livre comércio deve passar de R\$ 35 bilhões. Levantamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), feito em dezembro de 2021, aponta que são 100.047 postos de trabalho entre efetivos, temporários e terceirizados. Representantes do setor industrial da região dizem que os empregos diretos e indiretos somam 500 mil.

Luiz Augusto Rocha, Presidente do Conselho Superior do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM), se mostrou preocupado com os empregos criados na região.

Na Amazônia legal, temos 20 milhões de brasileiros. Temos 500 mil empregos gerados diretos ou indiretamente pela Zona Franca de Manaus. A impressão que dá é que só ter árvore, macaco, mas tem gente lá também, tem brasileiro lá, declarou Rocha, do CIEAM.

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou em abril que é preciso respeitar contratos e, por isso, defendeu a manutenção da Zona Franca até 2073.

Imposto Sobre Produtos Industrializados

Empresários da região, por sua vez, pedem que seja mantido o IPI para produtos de fora da Zona Franca, como forma de não perder competitividade.

Embora o tributo seja fixado por produtos, as empresas instaladas na região contam com isenção do IPI. De modo que, quanto maior a alíquota do IPI, que vale somente para empresas de fora da região, maior o benefício fiscal para as empresas da Zona Franca.

O problema é que, pelas propostas de **reforma tributária** em discussão no Congresso Nacional, o IPI seria extinto. A ideia é substituí-lo por um imposto seletivo, que seria cobrado somente sobre produtos nocivos à saúde, com cigarros e bebidas alcoólicas.

Queremos manter o IPI só para o que é produzido [na ZFM] para não perder competitividade. Até 2073, o contrato está feito entre as empresas e a União (...) Os

[produtos] que estão lá, tem que ser o IPI mesmo. Na nossa visão, não tem outra alternativa, afirmou Saleh Hamdeh, assessor de Relações Governamentais do CIEAM.

Alex Del Giglio, secretário de Fazenda do Amazonas, diz que o principal tributo da cesta de incentivos é o IPI - que é muito maior do que o próprio ICMS [estadual].

Se acabar com o IPI, termina com toda competitividade das indústrias da região. Se existir a possibilidade de acabar com o IPI, tem que ter algum tributo que venha a substituir e que faça o papel do IPI, declarou o secretário de Fazenda Amazonas.

Por conta das tratativas, Appy, do Ministério da Fazenda, afirmou que ainda não está definido o período de transição do IPI, após o qual o imposto seria extinto. No caso do IPI, a transição é ainda um tema em aberto. Sobretudo por causa da Zona Franca de Manaus, declarou Appy.

Possibilidades discutidas

O secretário de Fazenda do Amazonas, Alex Del Giglio, que negocia com o governo federal, afirmou que algumas possibilidades já foram discutidas, mas que ainda não há nenhuma decisão tomada. São elas:

Foi discutida a possibilidade de conceder benefícios por meio do futuro imposto seletivo, que substituirá, nas propostas de **reforma tributária**, o IPI. Por esse mecanismo, qualquer produto da Zona Franca que for produzido em outra região, pagaria o seletivo. Na região, teria tributação zero ou seria imune. Governo federal não respondeu. Foi debatida a possibilidade de crédito presumido para os produtos da região. Equipe econômica alegou que isso poderia desvirtuar o futuro IVA. Outra possibilidade discutida foi a criação de um fundo para fazer pagamentos às empresas que se instalaram na região, ao invés de conceder um benefício fiscal. Embora possa preservar a arrecadação das empresas, há dúvidas do governo do Amazonas se esse modelo preservaria os empregos na região. Foi discutida também a possibilidade de um cashback para as empresas da região, mas há dificuldade de calcular quanto cada empresa receberia.

Recursos naturais e bioeconomia

Em evento no Congresso Nacional, o secretário Bernard Appy, do Ministério da Fazenda, defendeu a manutenção do atual patamar de geração de emprego e renda, mas com uma melhor exploração das vocações da região. Ou seja, dos recursos naturais da Amazônia, com a instalação de projetos de bioeconomia, por exemplo.

Em outubro do ano passado, Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas, uma associação civil sem fins econômicos que busca qualificar o debate sobre sustentabilidade, avaliou que o custo da Zona Franca de Manaus é alto para fazer processos sem inovação. Ele avaliou também que a bioeconomia, como projetos de piscicultura e carne vegetal, por exemplo, são o passaporte para o futuro da região.

Neste mês, o Banco Mundial divulgou um relatório no qual propõe novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia Legal Brasileira. Entre as propostas, estão:

Proteger a floresta por meio do fortalecimento da governança fundiária e florestal, incluindo a aplicação das leis existentes (comando e controle); Promover meios de subsistência rurais sustentáveis, valorizando o capital natural associado à floresta em pé e protegendo os modos de vida tradicionais; Estruturar o financiamento da conservação vinculado à redução mensurável do desmatamento e recorrer a recursos públicos e privados ou soluções baseadas no mercado.

Saleh Hamdeh, assessor de Relações Governamentais do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM), defende o desenvolvimento da biodiversidade e da bioeconomia na região, sem prejuízo à indústria lá instalada.

Mas ele pondera que, para isso, são necessários investimentos e tempo. Tem muito potencial lá. Tem que ter investimento em ciência e tecnologia, começar a desenvolver produtos da floresta, buscar mercados. Mas isso não acontece da noite para o dia, concluiu.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/24/com-a-reforma-tributaria-governo-debate-como-manter-beneficios-da-zona-franca-de-manaus-entenda.ghtml>

Aprovação do novo marco fiscal é vitória de Haddad, mas há uma luz vermelha para o governo

Por Míriam Leitão

A aprovação do novo marco fiscal é uma grande vitória do ministro Fernando Haddad, que tem feito um tipo de articulação muito agregadora, com conversas com o presidente da Câmara e o presidente do Senado, além do relator do texto, deputado Cláudio Cajado.

O relator fez um bom trabalho de melhoria do arcabouço ao criar mecanismos para garantir o cumprimento da meta. Havia críticas de que se o arcabouço não fosse cumprido nada aconteceria, e ele colocou no projeto mecanismos de gatilhos para punições que tornaram as regras mais fortes.

Outra discussão foi sobre o que aconteceria no primeiro ano. Se falava de aumento de até 2,5% dos gastos, independentemente do que acontecesse com a arrecadação.

O ex-secretário do Tesouro do governo Bolsonaro, Jeferson Bittencourt, hoje no mercado financeiro, fez uma conta e estabeleceu que seriam R\$ 80 bilhões a mais, sem detalhar muito.

Conversei com pessoas da equipe econômica que disseram que Lula adoraria ter R\$ 80 bilhões a mais para gastar. Mas a SOF, a secretaria de orçamento federal, está fazendo a conta e na verdade seriam entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões.

De qualquer forma, como isso provocava dúvidas, Cajado retirou esse trecho da proposta.

O Fundeb fica dentro do limite, mas tem garantia de correção nos próximos anos, até 2026. Mesmo estando dentro do limite de gastos, a base vai aumentar para abrigar o Fundeb.

O texto ainda tem discussão pela frente, e após apreciação dos destaques vai ao Senado. Mas até agora foi vitória do Haddad.

A próxima discussão é a **reforma tributária**, que pode até avançar, já que vem sendo negociada há vários governos.

De qualquer forma, isso não é prova de que o governo pode se tranquilizar sobre a base.

O relator da medida provisória que muda a estrutura do governo, Isnaldo Bulhões, que é do MDB e que portanto é da base, com ministros indicados pelo partido no governo, propôs mudança que esvazia o Ministério do Meio Ambiente e retira poderes do Ministério dos Povos Indígenas.

Nesse ponto, é uma luz vermelha. O governo vai ter que se mobilizar para garantir a integridade do seu projeto de governança, incluindo como quer administrar o país dentro dos ministérios.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/05/aprovacao-do-novo-marco-fiscal-e-vitoria-de-haddad-mas-ha-uma-luz-vermelha-para-o-governo.ghtml>

Lira comemora votação do arcabouço e garante reforma tributária no primeiro semestre

Por Victoria Abel - Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o texto-base do arcabouço fiscal aprovado nesta terça-feira é equilibrado e uma sinalização de responsabilidade fiscal do país. Lira ainda espera que os destaques apresentados sejam reprovados.

- Não há como prosperar um discurso de que a matéria não foi debatida. O relator percorreu diversas bancadas. Se confirmou o que era importante, um texto equilibrado, que dá segurança jurídica, apertada quando necessário. É uma sinalização para o país. A gente tem a exata noção de que o Brasil não abriu mão da responsabilidade fiscal, mas vai olhar para as desigualdades sociais. Vamos continuar trabalhando para que, após a votação dos destaques, se concretize o resultado - disse.

Lira destacou ainda que o próximo passo será o debate da **reforma tributária** e garantiu que a proposta estará na pauta de votação ainda no primeiro semestre.

- Está na pauta da Câmara no primeiro semestre. Se vai ter aprovação ou não, vai depender do plenário e condução dos líderes. Ela (**reforma tributária**) tem um detalhe de que todos sabem e entendem que é necessária, a gente só precisa ajustar determinadas situações e entender que o pragmatismo vai ter que funcionar ainda mais. Vamos trabalhar por uma **reforma tributária** mais branda, se for necessário e possível, com transição menor, ou uma tributária mais profunda, com transição maior - explicou.

Na contramão, o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), afirmou, logo após a aprovação do arcabouço fiscal, que não deve haver tempo suficiente para aprovação da **reforma tributária** ainda no primeiro semestre. O deputado considerou uma possível apresentação da PEC entre os dias 10 e 15 de junho

- Não tem nem como, porque vai ser apresentado em junho. Lá pelo dia 10, 15, depois entra recesso. Já fizemos demais. Vamos, evidentemente, na hora que o

governo encaminhar o texto, trabalhar para aprovar o quanto antes. Mas não vamos votar a **reforma tributária** em 15 dias. Se der vota, mas também não estamos estressados com isso - disse.

O recesso parlamentar costuma ser a partir da segunda quinzena de julho, o que daria aproximadamente um mês de debates antes da votação da proposta em plenário.

A previsão do relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), é de apresentar a prévia do texto ao final dos encontros do grupo de trabalho para a **reforma tributária**, no dia 6 de junho. O substitutivo final, que dará origem a PEC a ser votada em plenário, pode ser divulgado dia 15 de junho.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/lira-comemora-votacao-do-arcabouco-e-garante-reforma-tributaria-no-primeiro-semester.ghtml>

Dólar abre em queda de 0,60% após Câmara aprovar o texto-base do arcabouço

Do UOL, em São Paulo

O dólar abriu em queda hoje após a aprovação do texto-base do arcabouço fiscal na Câmara. Por volta das 9h26, a moeda norte-americana registrava baixa de 0,60%, cotada a R\$ 4,94.

A proposta do novo marco fiscal foi aprovada ontem com 372 votos a favor e 108 contra, superando a quantidade necessária de 257 votos para que o texto avançasse. Hoje, os deputados vão votar os destaques da proposta, que são sugestões que podem alterar o texto.

Trata-se de uma série de regras fiscais para o gasto federal. O arcabouço trabalharia em conjunto com a **reforma tributária** de acordo com a receita do governo Lula para o **PIB** aumentar.

A proposta é considerada vital para o crescimento da economia, por encorajar empresários a investir e levar à queda da taxa de juros.

A queda no dólar é registrada também em meio ao impasse sobre o teto da dívida dos Estados Unidos, enquanto investidores aguardam ainda a ata do Federal Reserve.

O valor do dólar divulgado diariamente pela imprensa, inclusive o UOL, refere-se ao dólar comercial (saiba mais clicando aqui). Para quem vai viajar e precisa comprar moeda em corretoras de câmbio, o valor é bem mais alto.

* Com informações da Reuters

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/24/abertura-dolar-24-de-maio.htm>

Setor financeiro não quer privilégios na reforma tributária, diz entidade

O setor financeiro diz não querer privilégios na **reforma tributária**, mas considera importante que a **intermediação financeira**, ou seja, a concessão de crédito, não seja tributada. O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Rodrigo Maia, afirma que a tributação destoaria dos modelos de IVA (Imposto sobre Valor Agregado) mais recentes, e encareceria o crédito ao consumidor.

É uma decisão política, se vamos tributar o spread bancário (diferença entre custo de captação e juros cobrados no crédito) ou se vamos tributar o restante dos produtos da indústria financeira e isso compensa a arrecadação, diz ele ao Estadão/Broadcast, na primeira entrevista que concede após assumir a presidência da entidade, em fevereiro.

Ex-presidente da Câmara (2016-2021) e hoje atuando na iniciativa privada, Maia afirma ainda que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem mostrado abertura ao diálogo em diferentes frentes. Isso inclui as discussões sobre o crédito rotativo, que tem os juros mais altos entre linhas destinadas a pessoas físicas, e que está na mira do governo.

Maia afirma que ainda não se bateu o martelo nas discussões, que envolvem o setor financeiro, o Ministério da Fazenda e o Banco Central, que validará uma possível solução. A ideia é não gerar um cataclismo no parcelado sem juros - segundo os bancos, é subsidiado pelo rotativo. Esse produto (o parcelado) representa 40% da renda e 20% do **PIB**, diz. Tem de se procurar uma solução que trabalhe esse lado (os juros altos) sem prejudicar a atividade econômica. No cartão de crédito, os juros dos 75% das pessoas que parcelam são financiados pelos 25% que entram no rotativo.

Maia afirmou que há um consenso de que os juros do crédito são altos. Os juros altos não interessam a ninguém, muito menos aos bancos, porque o desgaste é na imagem dos bancos, mas são consequência de um produto que só existe no Brasil, o parcelado sem juros, disse. Segundo ele, não existe financiamento sem juros. Acho que o ministro Haddad entendeu, e agora está se conversando para resolver o problema sem inviabilizar o produto.

Ele, no entanto, não descarta o fim do crédito rotativo. Não há uma decisão, porque passa pelo regulador,

pela indústria financeira e pelo governo, afirmou Maia.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/24/setor-financeiro-nao-quer-privilegios-na-reforma-tributaria-diz-entidade.htm>

Lira: Placar de 372 no arcabouço não significa tamanho da base do governo

Do UOL, em Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou hoje que a votação expressiva que aprovou o texto-base do projeto que cria o novo arcabouço fiscal não serve para medir a base aliada do governo Lula (PT) no Congresso.

O que aconteceu?

O texto-base da proposta foi aprovado nesta noite com 372 votos favoráveis ao texto -- eram necessários ao menos 257 votos.

A votação foi ainda mais ampla que a análise do requerimento de urgência, que possibilitou acelerar a tramitação do projeto na Casa. Na ocasião, 367 deputados carimbaram o pedido.

Segundo Lira, o placar alto não significa que o governo tenha mais de 350 deputados aliados, mas abre margem para uma evolução na formação da base no Congresso. Estamos trabalhando para que isso se concretize, disse.

O presidente da Câmara afirmou que os congressistas querem ser facilitadores nas matérias positivas para o país, mas há ressalvas nos casos em que o governo tenta alterar matérias já aprovadas pelo Congresso nos governos anteriores.

Lira evitou dizer se a aprovação do arcabouço era uma vitória da Câmara ou do Executivo, mas reconhece o esforço de cada um e cada um fez o seu papel.

Mais cedo, ele se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Essa matéria [o arcabouço fiscal] não é uma matéria de governo, de oposição. É uma matéria de país. Mas essa, tanto quanto a tributária, vão ser tratadas absolutamente a margem de todo o problema ainda de articulação, formação de base que o governo tenha no Congresso

Votação do arcabouço

Relator do texto, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) conseguiu um acordo entre as bancadas para votar o projeto nesta noite. Ele fez alterações no relatório, e o entendimento foi firmado durante reunião de líderes nesta tarde na Residência Oficial da Câmara.

As bancadas do Novo e da federação Psol-Rede indicaram voto contrário ao texto.

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, liberou a bancada, devido à divergência de opiniões. No total, 30 deputados liberais votaram favoravelmente à medida.

Pleito de deputados de direita e do centrão foi acatado. A principal mudança aceita por Cajado foi em relação ao limite de crescimento real da dívida pública, para que não passe de 2,5%.

Fundo de educação e piso da enfermagem sujeitos ao teto de gastos. Mesmo após as críticas de governistas, o relator decidiu manter o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e o piso da enfermagem dentro do teto, seguindo as novas regras fiscais.

O que é o arcabouço fiscal

Trata-se de uma série de regras fiscais para o gasto federal. O arcabouço trabalharia em conjunto com a **reforma tributária** de acordo com a receita do governo Lula para o **PIB** aumentar.

A proposta é considerada vital para o crescimento da economia, por encorajar empresários a investir e levar à queda da taxa de juros.

Como foi a negociação entre deputados

Cajado passou os últimos dias visitando as bancadas, ouvindo sugestões de propostas para alterar o relatório. Foram apresentadas 40 emendas. Mas a ideia era não mudar substancialmente o texto para viabilizar a votação do projeto ainda nesta semana.

Lira quis dar um sinal de força para negociar outras propostas econômicas, como a **reforma tributária**, que tem mais entraves no mercado. O presidente da Câmara escolheu a data para levar o texto ao plenário

de olho em aumentar o placar da urgência da medida, que recebeu 367 votos favoráveis a 102 contrários, entre partidos de esquerda, do centrão e até da oposição.

Equipe de Lula vai avaliar quem foi fiel ao governo. O Palácio do Planalto também estará de olho em como cada deputado votou, porque quer descobrir quem pode integrar a base aliada nas próximas votações.

Mais cedo, Lira participou de um encontro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Texto prevê gatilhos e sanções

Para conquistar votos do centrão, Cajado precisou fazer alterações no texto, como incluir sanções escalonadas em dois anos em caso de descumprimento da meta.

No primeiro ano, o governo fica proibido de: criar cargos que impliquem aumento de despesas; alterar estrutura de carreiras; criar auxílios; criar despesas obrigatórias e conceder benefício tributário.

No segundo ano de descumprimento, também ficam proibidos: reajustes de despesas com servidores, contratação de pessoal e realização de concurso público, exceto para reposições de cargos vagos.

Para agradar o governo Lula, Cajado blindou o salário mínimo e o tirou das novas regras. O Bolsa Família, por sua vez, não poderá ter aumento real (acima da **inflação**) em caso de descumprimento das metas.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/24/lira-votacao-do-arcabouco-nao-da-para-medir-a-base-do-governo-na-camara.htm>

Fundo Constitucional sofre grave perda

»»Arthur de Souza »»Naum Giló »»Pablo Giovanni i
»»Suzano Almeida

Sem acordo com o relator do Arcabouço Fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), o Fundo Constitucional do DF corre sérios riscos de ter seu valor congelado para os próximos anos. Ontem, o texto base do governo foi votado na Câmara dos Deputados, que deve retornar, hoje, para apreciar as emendas em destaque.

O Correio ouviu ex-gestores do GDF, além de representantes de vários setores da economia, para saber como a decisão pode afetar diretamente a vida dos brasilienses.

Empresário e presidente regional do PSD, Paulo Octávio esteve na reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), e disse estar preocupado. "A discussão foi intensa.

O Cajado está muito convicto dos números apresentados no relatório.

A gente sente que se não chegarmos a um acordo sobre a retirada dessa emenda, pode prejudicar a votação da meta fiscal", ressaltou.

Para o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico Valdir Oliveira, qualquer modificação no Fundo Constitucional traz grandes problemas à economia da capital federal. O economista considerou que, se houver o congelamento, "teremos uma hecatombe na economia". "É uma tragédia (a proposta). A nossa economia é baseada em consumo. Se tirarmos o setor público, 95% do nosso PIB é comércio e serviços. Temos uma renda per capita privilegiada, é o dobro do segundo colocado. O salário do setor público é três vezes maior que do setor privado.

Quando se mexe com o fundo, está mexendo com o salário. Se houver um baque nesta receita, significa que vamos perder o nosso diferencial de mercado", cita.

O economista e ex-secretário da Fazenda Everardo Maciel lembrou que, até 1988, quando foi promulgada a Constituição Cidadã, o DF tinha todos os gastos financiados pelo governo federal. Com a Carta Magna, a capital ganhou autonomia.

"Mas era uma autonomia muito frágil, com a necessidade constante de buscar recursos junto ao

governo federal para conseguir fechar as contas. Brasília é uma cidade com limitações para implantação da atividade econômica", destacou. "Vai afetar a vida da população e dos parlamentares que estão morando em Brasília, mas não são daqui, pois eles também demandam serviços de segurança, educação e saúde", alertou.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), Jamal Jorge Bittar, a redução do valor do fundo impacta, especialmente, o cidadão mais humilde, uma vez que o governo local precisará transferir para outras áreas os recursos, então, empregados pela União. "Brasília é a capital de todos, não somos uma ilha isolada do restante do Brasil. Não é a primeira vez que tentam intimidar o DF.

Isso prejudica os investimentos na cidade.

Se o governo começar a ter que suprir esses recursos, teremos um atraso nos investimentos.

Não podemos ficar reféns." Bittar destaca, ainda, que o momento econômico do país é complicado e recorda que a proposta original do governo federal não contemplava a retirada do fundo. "O Distrito Federal não é apenas uma sede burocrática. É uma sede do povo brasileiro que precisa ser cuidado. O valor do Fundo é ínfimo. Essa não é uma ação do governo federal, mas uma mágica do deputado (Carlos) Cajado.

Parece ser algo para priorizar interesses políticos", critica, que aponta ainda consequência na geração de emprego.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sindivarejista), Sebastião Abritta, considerou que a proposta trará um prejuízo incalculável a todos os setores da economia local. O empresário ainda pontuou achar uma grande hipocrisia dos deputados, caso aprovem o projeto, já que os mesmos residem no DF e terão serviços como a segurança pública afetados.

"Esse movimento não é em um momento oportuno. o DF não tem indústria, porque boa parte do patrimônio é tombado. Aliás, não só acho justo o DF ter um fundo, como considero que o governo federal tem que aumentar. Isso é covardia. Os outros estados têm margem litorânea para explorar turismo. Nós não temos nada disso", disse. "A gente acredita que os deputados estão sensíveis a essa causa, e tirarão isso

de pauta. O fundo é a manutenção da saúde, educação e segurança da nossa cidade. O poder de compra está no serviço público, e sem ele, não há luz no fim do túnel", declarou.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/24/all.pdf>

Dia de luta

Na avaliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), as modificações vão trazer prejuízos, porque vão jogar para baixo o crescimento do fundo nos próximos anos. "Isso vai acarretar em serviços públicos com menos qualidade, já que haverá menos investimentos em infraestrutura e na remuneração dos servidores, em especial nas áreas da saúde, educação e segurança", afirma o presidente da CUT-DF, Rodrigo Rodrigues.

Hoje, centrais sindicais do DF se unem a **servidores públicos** federais, a partir das 10h, no Anexo 2 da Câmara dos Deputados, em ato contra esse e outros pontos do relatório do projeto de lei complementar que institui o novo arcabouço fiscal.

No âmbito do DF, o presidente da CUT local ressalta que o FCDF é fundamental para o funcionamento da Unidade da Federação. "A pauta em defesa do Fundo Constitucional, inclusive, é um consenso entre os mais divergentes segmentos do espectro político", observa.

Ilegal

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OABDF), Délio Lins e Silva, classificou a emenda como "absurda" e afirmou estar empenhado pessoalmente na reversão da decisão do relator em incluir o texto na proposta que vai à votação. "Fizemos uma nota técnica e estamos liderando o movimento "O DF é da gente" contra as ameaças de acabar com o Fundo Constitucional.

Além de ser ilegal, a medida pode prejudicar muito a cidade. Não vemos com bons olhos e estamos acompanhando a tramitação", elenca.

Délio Lins disse ter ido pessoalmente ao Congresso, ontem, para participar da Frente Nacional dos Advogados e conversar com parlamentares, no intuito de conseguir apoio para o Distrito Federal.

O presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conselheiro Márcio Michel, encaminhou um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). No ofício, Michel opina que a mudança no cálculo pode afetar negativamente o repasse de recursos ao DF, ocasionando prejuízo à população da capital federal e do entorno, e à manutenção de serviços como a saúde, educação e segurança pública.

Falta uma semana para fim do prazo do Imposto de Renda; saiba como declarar (Imposto de Renda)

Fernando Narazaki

O contribuinte obrigado a declarar o Imposto de Renda 2023 tem apenas mais uma semana para enviar os seus dados para a **Receita Federal**. O prazo para a entrega do IR termina no 31 de maio, às 23h59. Quem é obrigado e atrasa a entrega paga multa. O valor mínimo é de R\$ 165,74 e pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

A Receita prevê que 38,5 a 39,5 milhões de contribuintes entregarão suas declarações. Até as 18h desta terça-feira (23), 28,7 milhões de declarações foram enviadas ao fisco.

Para declarar, a pessoa precisa saber se está entre os contribuintes obrigados a reportar suas movimentações para a Receita.

Quem precisa declarar tem de baixar o programa para preencher os dados e encaminhá-los à **Receita Federal**. É possível fazer pelo computador (veja o passo a passo aqui), pelo aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para celular ou tablet, ou pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da **Receita Federal**. Uma opção para não ter que instalar o programa é utilizar a declaração pré-preenchida.

Reúna os informes de rendimentos (enviados pelas empresas, instituições financeiras e pelo **INSS**, por exemplo), as notas fiscais e os recibos de médicos, dentistas, escola e outras despesas que são dedutíveis no IR, além dos dados pessoais como CPF, endereço, título de eleitor e outros. O contribuinte precisa separar tanto as suas informações quanto as dos dependentes que sejam incluídos na declaração.

Em seguida, preencha a declaração. A Receita e os especialistas recomendam escolher a declaração pré-preenchida, que contém os dados enviados por empresas, instituições financeiras, prestadores de serviços, cartórios de imóveis, entidades que receberam doações e outros.

Porém, é importante checar se as informações estão corretas, pois contadores já identificaram erros em dados bancários, de investimentos, venda de imóveis,

aposentadoria, informações duplicadas, entre outros. E a responsabilidade sobre a declaração é de quem declara, independentemente se usou o recurso fornecido pela Receita.

Confira todas as informações e escolha o modelo da declaração. As deduções legais levam em consideração as despesas para reduzir o imposto a pagar ou aumentar a restituição. O desconto simplificado aplica um único desconto padrão de 20% sobre os rendimentos. O sistema indicará automaticamente qual é a mais vantajosa, de acordo com as informações prestadas pelo contribuinte.

A restituição do Imposto de Renda é a devolução do valor de imposto pago a mais pelo contribuinte durante o ano-calendário que, neste caso, é o ano de 2022. Os cálculos para saber se há imposto a restituição, se o saldo é zerado, ou se é necessário pagar IR são feitos pelo próprio programa de preenchimento e envio da declaração.

Os valores são pagos por lotes. A data de recebimento da restituição vai depender se o contribuinte é prioritário ou não e de quando entregou a declaração. A correção dos valores é feita com base na taxa básica de juros da economia, a Selic.

Os contribuintes com imposto a restituir que optarem por receber os valores por Pix ao enviar a declaração do Imposto de Renda 2023 entram na lista de prioridades da **Receita Federal** e terão o dinheiro antes. A mesma regra vale para quem, em 2023, optar pela declaração pré-preenchida do IR.

Pelas regras da Receita, os primeiros a receber serão os idosos. Veja como é a ordem de pagamento:

O contribuinte que vai pagar Imposto de Renda pode quitar o valor à vista, em cota única, que deve ser paga até 31 de maio, ou parcelar em até oito vezes. O pagamento parcelado é feito imprimindo os Darfs (Documentos de Arrecadação de Receitas Federais) mês a mês ou por débito automático, que só pode ser feito agora a partir da segunda parcela.

O pagamento à vista deve ser feito com a emissão do

Darf, já que o prazo para a solicitação do débito automático se encerrou em 10 de maio .

O valor mínimo de renda tributável no ano que obriga o envio da declaração é de R\$ 28.559,70. Isso inclui salário, aposentadoria e outras rendas. Rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil também obrigam a declarar. São exemplos FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), poupança e pensão alimentícia.

Quem tem bens acima de R\$ 300 mil, ao somar todos eles, também precisa declarar, assim como quem realizou operações na Bolsa de Valores acima de R\$ 40 mil ou obteve lucro com a venda de ações, que são sujeitos à incidência do imposto.

Contribuintes com dependentes podem pagar menos imposto ou aumentar restituição ao declará-los no Imposto de Renda . É preciso ficar atento às regras da **Receita Federal** para saber quem pode ser declarado como dependente.

Segundo a legislação, é possível informar como dependentes no IR filhos e enteados de até 21 anos (ou 24 anos se estiverem estudando), além de pais, avôs e bisavôs, caso atendam às normas legais.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/falta-uma-semana-para-fim-do-prazo-do-imposto-de-renda-saiba-como-declarar.shtml>

Receita abre consulta ao 1º lote do IR, com valor recorde de restituição

A **Receita Federal** abre nesta quarta-feira (24), a partir das 10h, a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda de 2023.

O pagamento será feito em 31 de maio para 4.129.925 contribuintes e um valor total de R\$ 7,5 bilhões. Segundo a **Receita Federal**, esse será um valor recorde pago em restituição do Imposto de Renda.

A consulta está disponível clicando no site da **Receita Federal**, em "Meu Imposto de Renda". Vá em "Consultar a Restituição". É preciso informar CPF, data de nascimento e ano-exercício (no caso, 2023).

O primeiro lote tem apenas contribuintes com prioridade: são 246.013 idosos com 80 anos ou mais, 2.464.031 idosos entre 60 e 79 anos, 163.859 pessoas com deficiência ou doença grave, 1.052.002 de contribuintes com magistério como maior fonte de renda e 204.020 que usaram a declaração pré-preenchida ou optaram pro receber a restituição por Pix.

Serão pagos mais quatro lotes de restituição do IR neste ano, no último dia útil de cada mês, entre junho e setembro.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50286>

Acordo para arcabouço condiciona despesa extra a maior arrecadação

Julia Chaib, Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo Brasília

O relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), fechou um acordo com lideranças políticas para condicionar a realização de gastos extras em 2024 à obtenção de mais receitas pelo governo. Com o desfecho da negociação, a previsão era votar o texto na noite desta terça-feira (23) no plenário da Câmara dos Deputados, o que não havia ocorrido até a publicação deste texto.

Segundo Cajado, a mudança ocorrerá no dispositivo que fixou uma alta real de 2,5% no limite de despesas que vai vigorar em 2024. O relator foi pressionado a alterar esse item, que foi alvo de críticas desde que o parecer foi divulgado, na semana passada.

"Vamos fazer um mix entre o que estava no texto original e uma possibilidade. O texto original previa o crescimento de 1,12% pelos cálculos que o próprio governo forneceu", disse Cajado após a reunião.

"[O governo] Vai poder utilizar, do que crescer, entre o ano de 2023 e 2024, até 70% no limite de 2,5%. Ficou um meio-termo para desfazer aquele mal-entendido de que o relatório estava colocando R\$ 80 bilhões, R\$ 42 bilhões [de gasto extra]", afirmou.

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que participou da reunião, disse que o limite de despesas de 2024 será calculado conforme a regra dos 70%, mas haverá a possibilidade de uma espécie de "bônus", caso a receita continue tendo uma performance acima do esperado pelo governo. Esse bônus poderia elevar a alta do limite até o teto de 2,5%.

"Isso traz mais responsabilidade e disciplina para o crescimento da despesa. É um avanço importante no relatório", afirmou Pedro Paulo.

Pela regra proposta pelo governo, o limite de gasto do ano seguinte deve equivaler a 70% da variação da receita em 12 meses acumulados até junho do ano anterior, já descontada a **inflação**, mas sempre dentro de uma banda de 0,6% a 2,5%.

Na semana passada, Cajado fez modificações no texto que foram vistas pelo mercado como manobras para turbinar as despesas em até R\$ 82 bilhões. Uma das alterações foi a fixação do percentual de crescimento

real do gasto em 2,5% para 2024.

De acordo com a própria consultoria da Câmara dos Deputados, o governo não conseguiria chegar a esse percentual pela regra que ele próprio havia proposto. Os técnicos da Casa calculavam uma alta de 1,9% a 2%. A fixação de um número maior foi um pedido do governo, segundo interlocutores ouvidos pela reportagem.

A medida, porém, gerou forte ruído. O ajuste em busca de um meio-termo é uma tentativa de desfazer o mal-estar que ficou no Congresso diante da percepção de uma autorização para gastos extras.

"Aquele que teve a maior crítica, a questão dos 2,5% no primeiro ano, vai ficar um misto, em tese, do texto original que o governo mandou com uma alteração pedida também pela Economia [Fazenda], em cima de uma possibilidade de arrecadação. Se o governo arrecadar mais do que o previsto, ele terá, na mesma regra, de poder gastar até 70%, limitado a 2,5%", disse o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Sobre o parecer, Cajado disse ainda que manterá os gastos com o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) dentro do alcance do limite do arcabouço, contrariando um desejo de deputados da própria base do governo.

Congressistas queriam excluir o Fundeb do limite sob o argumento de que educação é investimento, logo, deveria estar fora de amarras de gastos. O próprio secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que a decisão de incluir esses repasses sob o arcabouço poderia representar uma restrição do espaço fiscal no médio prazo.

O relator também anunciou que vai manter sob o novo limite os repasses ao FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal), abastecido pela União com recursos de **tributos** pagos por toda a população. O dinheiro do fundo financiará gastos do Distrito Federal com segurança pública e outras políticas, sob a justificativa de que o governo distrital deve zelar pelo espaço ocupado pela administração federal.

Esse ponto enfrenta resistências de parlamentares do Distrito Federal e também da bancada ligada à área de

segurança pública.

Pelo parecer divulgado na semana passada, o fundo do Distrito Federal teria inclusive sua regra de correção modificada, caso o parecer de Cajado seja aprovado. Hoje, o valor é corrigido pela variação anual da RCL (receita corrente líquida), ou seja, quanto mais a União arrecada, maiores são os repasses para o Distrito Federal.

O arcabouço fiscal

NOVOS AJUSTES PROPOSTOS PELO RELATOR

Em 2024, governo poderá ampliar o limite de gastos caso a arrecadação venha acima do esperado até o limite de 2,5% já estabelecido no arcabouço

Contingenciamento em caso de risco à meta fiscal precisará ser proporcional entre as despesas (para evitar que recaia inteiramente sobre investimentos)

MUDANÇAS QUE JÁ CONSTAVAM NO PARECER INICIAL

Adiciona à lista de exceções do cálculo das receitas os programas especiais de recuperação fiscal que sejam destinados a regularizar a situação de devedores e gerar recursos à União

Passa a prever que apenas 70% do excesso de superávit poderá ser direcionado a investimentos

Retira da lista de exceções ao novo arcabouço:

- 1) Despesas com aportes em empresas estatais não financeiras;
- 2) Repasses a estados e municípios para bancar o piso da enfermagem;
- 3) Fundeb (fundo da educação básica);
- 4) Ajuda federal às forças de segurança do Distrito Federal por meio do FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50286>

Lei do Bem, o pós arcabouço e o passado à porta - LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta

Na véspera do Dia da Indústria, em que a "neointustrialização" promete ser a tônica, novos dados mostram que anda mal o desenvolvimento tecnológico no Brasil. Pesquisa inédita da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que apenas 37% das empresas brasileiras utilizam a Lei do Bem, criada em 2005 e que reduz **impostos** para aquelas que investem em inovação.

Gastos tributários, entre os quais se situa a Lei do Bem, estão na mira do ministro da Fazenda, Fernando Haddad em sua agenda pós-arcabouço.

Ele quer cortar 25% dessa conta, que chega a R\$ 600 bilhões e abriga um "rebanho de jabutis".

Reduzi-la é uma forma de elevar a arrecadação sem criar **impostos** nem aumentar alíquotas. O ministro precisa de mais receitas para cumprir as metas de resultado das contas públicas que estão fixadas no novo marco fiscal.

Haddad tem defendido que, desta vez, o ajuste fiscal não seja feito com sacrifício de programas que atendem à população mais pobre. A ideia é cobrar **impostos** de quem não paga.

Se a Lei do Bem será ou não preservada dessa tesourada, é algo que não está 100% decidido. Questionado pela coluna, o Ministério da Fazenda informou que a **Receita Federal** não se pronunciará a respeito.

Em 2015, o governo de Dilma Rousseff tentou acabar com o programa, em meio a um dramático esforço de ajuste fiscal.

Agora, a balança parece pender para o lado de manter e aperfeiçoar a Lei do Bem. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação defende essa linha. A ministra Luciana Santos disse num evento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) que a Fazenda pretende preservar os benefícios ligados à inovação.

No Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a Lei do Bem está na fila para ser analisada, como parte do esforço de se criar uma nova política industrial pautada pela inovação e pela

sustentabilidade.

Nos últimos sete anos, ela mobilizou cerca de R\$ 90 bilhões em recursos privados, impactando quase 3 mil empresas. Porém, há controvérsia sobre sua efetividade.

O deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) deu parecer contrário ao Projeto de Lei 4.944/2020, da deputada Luiza Canziani (PSD-PR), que faz alterações na Lei do Bem. Citou em seu parecer estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual o incentivo fiscal não foi capaz de elevar investimentos privados em inovação. Em outra comissão da Câmara, porém, a proposta teve parecer favorável.

Outros estudos avaliam que o programa produziu resultados, mas esses poderiam ser melhores se fossem feitos aperfeiçoamentos.

A principal mudança proposta por Canziani, a possibilidade de abater dos **impostos** os gastos em inovação não apenas no ano em que eles ocorrem, é sugerida também em um relatório produzido pelo liberal Ministério da Economia, em 2021.

Esse trabalho da equipe econômica anterior apontou que, de 2012 a 2017, "a política ampliou os esforços inovativos das empresas tratadas em 8%" e contribuiu para evitar retrocesso nos investimentos em inovação. Por isso, recomenda aperfeiçoar a Lei do Bem, em paralelo a uma revisão de outros subsídios tributários à inovação com baixa efetividade.

Outros dois projetos de lei do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que serviram de base para a proposta de Canziani, aguardam votação no Senado.

A CNI apoia todas elas, disse sua diretora de Inovação, Gianna Sagazio. Os efeitos dessas propostas legislativas poderiam ser acelerados com a edição de uma medida provisória, sugeriu.

O aperfeiçoamento da Lei do Bem é um dos itens centrais da agenda legislativa da entidade neste ano.

"Esse é o único instrumento de incentivo ao investimento empresarial em inovação", afirmou Giovana.

O Brasil investe 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em inovação, enquanto a média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é superior a 2% do **PIB**. A Coreia investe cerca de 5%.

A pesquisa da CNI mostra que, para os empresários, o principal benefício da lei é possibilitar o lançamento de novos produtos (52% das respostas). Além disso, o número de funcionários alocados em pesquisa, desenvolvimento e inovação aumentou em 54% delas. A possibilidade de utilizar o benefício nos anos seguintes ao que foi realizado o investimento foi apontada por 71% das pesquisadas como a principal melhoria a ser feita na lei.

A movimentação da indústria em defesa da Lei do Bem ocorre num momento em que o governo elegeu sete "missões" em torno das quais definirá sua política industrial.

Uma delas é a descarbonização.

Num cenário assim, a reação contrária de alas do governo à negativa do Ibama em licenciar a perfuração de um poço para pesquisar a presença de petróleo na chamada Margem Equatorial parece um retorno ao passado.

Do mesmo passado parecem vir as discussões para cortar **impostos** das montadoras.

Se houver medidas nessa direção, será preciso muito contorcionismo para evitar que se convertam em estímulo ao consumo de combustíveis fósseis.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aprovado texto-base da regra fiscal

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO
GIORDANNA NEVES BRASÍLIA

O texto-base da nova regra de controle das contas públicas foi aprovado ontem à noite por 372 votos favoráveis, 108 contrários e uma abstenção.

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), apresentou mudanças de última hora, após conversar com líderes partidários e ouvir críticas do mercado financeiro ao relatório inicial. Destaques ainda serão analisados em plenário antes do envio do projeto para o Senado.

Pressionado, o relator fez uma alteração condicionando os gastos em 2024 ao aumento de receitas - para reduzir o impacto de uma brecha que havia sido incluída no relatório e permitia ao governo ampliar de forma expressiva os gastos já na largada da nova regra. O mecanismo permitia que em 2024, excepcionalmente, o crescimento das despesas se desse pelo teto - 2,5% acima da inflação.

Cálculos de economistas do mercado mostram que esse dispositivo permitiria ampliar os gastos em até R\$ 80 bilhões em 2024 e 2025. O Ministério da Fazenda, Cajado e a equipe de técnicos da Câmara contestaram e afirmaram que as alterações permitiriam a ampliação de cerca de R\$ 12 bilhões nos gastos em 2024. A mudança foi pedida pela Fazenda para evitar riscos de descumprimento da regra fiscal logo em 2024.

Agora, com a mudança no texto, ainda em 2023, se calcula o limite de despesas para 2024 com base na variação de 70% da receita acumulada em 12 meses até junho.

Em maio de 2024, na segunda avaliação da receita de 2024, o governo vai estimar a receita (janeiro a abril realizada, e maio a dezembro estimada) e vai ser aplicada a regra de 70%, limitado a 2,5% acima da inflação. A diferença na estimativa da receita pode ser incorporada no limite de 2024, por crédito adicional.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Rombo maior afasta Haddad dos números que prometeu

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Às vésperas da votação no novo arcabouço fiscal, a equipe econômica foi obrigada a divulgar previsões bem mais pessimistas para as contas públicas, que tornam ainda mais distante o resultado prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o primeiro ano do novo governo Lula.

Para melhorar as expectativas e criar um ambiente favorável para a queda de juros, Haddad acenou com uma trajetória de meta de déficit de 0,5% do PIB em 2023, 0% em 2024 e superávit de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026 (veja infográfico ao lado).

Mas, na contramão dessa trajetória, o déficit projetado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento subiu R\$ 28,6 bilhões em apenas dois meses, para R\$ 136,2 bilhões, num cenário de queda das estimativas de receita e elevação das despesas. Parte - R\$ 5 bilhões - decorreu do aumento do salário mínimo concedido por Lula. A projeção de arrecadação caiu R\$ 4,4 bilhões.

Os números mostram que Haddad vai ter de suar a camisa e dar um salto duplo twist carpado para entregar o que prometeu.

Quanto pior o cenário de 2023, mais ajuste será preciso para os anos seguintes. Para 2023, o ministro terá de reverter o quadro em pelo menos R\$ 86 bilhões - reduzindo a despesa ou aumentando a receita. A aposta do governo é a segunda opção. Mas, como os números apontaram, ela está caindo.

No relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, enviado bimestralmente ao Congresso, o governo refez as contas para pior e ainda anunciou que terá de fazer um bloqueio preventivo de R\$ 1,7 bilhão nas despesas - mesmo depois de ter conseguido aprovar a PEC da Transição no final do ano passado, com mais R\$ 168 bilhões de espaço para gastar.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, tratou de manter o otimismo e disse que o governo tem pela frente uma perspectiva de receber ao menos R\$ 50 bilhões por conta de decisão do Judiciário que deu ganho de causa à União em processo sobre dedução de incentivos fiscais concedidos pelos Estados em

imposto a pagar. O mercado gostou da fala do compromisso de Ceron com o ajuste, mas o aumento das receitas não está garantido.

O governo poderá até ter uma ajuda do empoçamento de despesas - termo usado pelos técnicos para explicar quando a despesa está liberada, mas o governo não gasta. Até abril, o Orçamento mostrava um empoçamento de R\$ 30 bilhões.

Mas isso não quer dizer uma boa notícia. A fatura segue para o ano que vem. O ano de 2024 será ainda mais desafiador. Não é por outra razão que o governo pediu ao relator uma exceção para começar o primeiro ano de vigência da nova regra no topo do limite máximo de aumento das despesas: 2,5%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bancos testam inteligência artificial para antecipar as decisões dos BCs

ALINE BRONZATI, THAÍS BARCELLOS e MATHEUS PIOVESANA

Foi "hawkish" ou "dovish"? A resposta à principal pergunta sobre a qual o mercado financeiro se debruça toda vez que os técnicos dos bancos centrais emitem declarações ou comunicados sobre os rumos da política monetária ganhou um aliado de peso e um tanto polêmico: o ChatGPT. De Wall Street à Faria Lima, grandes bancos começam a testá-lo para analisar os sinais das autoridades e tentam entender se pode também prever os passos futuros da política monetária.

Às vésperas da última reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), o JPMorgan revelou que começou a atualizar o modelo de análise com o apoio do ChatGPT para avaliar o caráter "hawkish" ou "dovish" dos bancos centrais dos EUA, da Europa e da Inglaterra. Ou seja, a disposição em subir ou não os juros. Nesta semana, o Bradesco anunciou que também se valerá da ferramenta que usa como base a inteligência artificial para interpretar as comunicações emitidas pelo Banco Central brasileiro.

Enquanto no mundo o ChatGPT gera fascínio e também temores de que seja uma ameaça a empregos e funções, na análise da política monetária ele agrega à árdua tarefa de decifrar os sinais emitidos pelos BCs. "Nas últimas décadas, as comunicações de bancos centrais se tornaram tão importantes como as próprias ações de política. Isso aumentou o escrutínio de comunicados e discursos de política monetária", diz o JPMorgan, em relatório intitulado Bem-vindo à máquina.

Nos últimos anos, economistas e operadores de mercado começaram a se valer mais do Processamento de Linguagem Natural (NLP, na sigla em inglês), modelo criado com base em algoritmos, para interpretar os comunicados. "Com o ChatGPT, a capacidade dessa interpretação é ainda maior", afirma o Bradesco, adicionando que o objetivo é tornar a análise do direcionamento das atas do Copom o menos enviesada possível.

Os dois bancos avaliaram anos de atas e comunicados e desenvolveram indicadores capazes de analisar a postura dos BCs. O JPMorgan rodou nada menos que 25 anos das comunicações do Fed,

do Banco Central Europeu (BCE) e da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês).

O Bradesco incluiu 55 atas e 55 comunicados do BC brasileiro emitidos desde julho de 2016.

ANÁLISE. "As aplicações preliminares são encorajadoras", escreveram os economistas do JPMorgan, Joseph Lupton, David M. Atlas e Dan Weitzenfeld, em relatório recente. Eles afirmaram que o banco trabalha para atualizar o modelo de análise para o ambiente ChatGPT, em busca de uma métrica diária para avaliar o passo a passo dos BCs monitorados.

Isso não significa, porém, que o gigante de Wall Street se apoie na ferramenta para traçar seu cenário de política monetária, conforme um porta-voz explica ao Estadão/ Broadcast.

O Bradesco também não define projeções à luz do ChatGPT, mas considera que a ferramenta é complementar à análise tradicional.

Configurado pela equipe de análise econômica do banco, o ChatGPT entendeu que a última ata do Copom teve tendência levemente mais contracionista, o que deu mais confiança à visão dos economistas de que a precificação na curva de juros futuros de primeiro corte da Selic em agosto está um pouco exagerada.

Segundo o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, a análise da ferramenta deu suporte à discussão da equipe sobre a própria projeção de primeira queda dos juros em setembro. A decisão foi pela manutenção do cenário à espera da definição sobre a meta de **inflação** na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de junho, e também graças a uma expectativa mais positiva para o câmbio.

Até o final do ano, o Bradesco projeta três cortes de juros de 0,5 ponto porcentual cada, levando a Selic a 12,25% ao ano. "O Chat nos ajuda a debater.

O Chat é agnóstico, o nosso julgamento é: vamos esperar um pouco para mudar o cenário", diz Honorato.

"Nas últimas décadas, as comunicações de bancos

centrais se tornaram tão importantes como as próprias ações de política. Isso aumentou o escrutínio de comunicados e discursos de política monetária" JPMorgan, em **comunicado**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>